

Panorama do incentivo público às práticas de abatimento de metano na agricultura do Brasil

Março 2025

Conteúdo

Introdução **2**

Contexto geral das emissões de metano no Brasil **3**

Políticas Públicas e Incentivos para o abatimento de metano na agricultura **5**

Conclusão **10**

Referências **11**

Resumo

Este brief apresentará uma análise abrangente do panorama de incentivos públicos atualmente vigentes relacionados ao abatimento de metano na agricultura do Brasil. Serão avaliados os principais instrumentos e políticas em vigor, incluindo o Plano Safra, o Plano ABC+/RenovAgro, a Taxonomia Sustentável Brasileira, o programa Ecoinvest, a agenda de dívida soberana brasileira, o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestas Sustentáveis (PNCPD), além de compromissos assumidos no plano clima e na contribuição nacionalmente determinada (NDC), destacando como cada um aborda práticas e tecnologias voltadas para a mitigação de emissões de metano no setor agrícola.

A análise irá se concentrar nos objetivos, diretrizes e mecanismos implementados por essas iniciativas, buscando evidenciar seu alinhamento com as metas climáticas do país e sua eficácia na promoção de práticas sustentáveis no contexto da agricultura.

17%

Metano equivalendo a cerca de 17% do volume total dos GEE lançados na atmosfera

Introdução

O metano (CH_4) é o segundo maior contribuinte, em termos de volume, entre os gases de efeito estufa (GEE) para as mudanças climáticas, equivalendo a cerca de 17% do volume total dos GEE lançados na atmosfera.¹ Apesar deste volume ser relativamente inferior, o potencial de aquecimento global do CH_4 é de mais de 80 vezes maior do que o do dióxido de carbono (CO_2) durante os 20 anos subsequentes à sua emissão na atmosfera. Este potencial deve-se à quantidade de energia que o gás absorve enquanto está em suspensão. Em contrapartida, o metano tem um tempo de vida muito mais curto na atmosfera do que o CO_2 , o que traz implicações relevantes para a definição de metas e métricas de emissões.²

Devido à sua alta potência como gás de efeito estufa e sua curta permanência na atmosfera, reduzir as emissões de metano de forma rápida, significativa e sustentada é crucial para limitar o aquecimento global no curto prazo. Neste sentido, políticas públicas direcionadas para o abatimento de CH_4 têm um papel fundamental tanto no incentivo a investimentos e novas tecnologias, quanto no direcionamento de capital para este fim.

Este brief tem como objetivo prover um panorama geral sobre como as políticas e programas vigentes no Brasil incentivam práticas de abatimento de metano na agricultura (o principal setor emissor de CH_4 no país), de forma a servir como um ponto de partida para uma discussão sobre o aprimoramento de tais instrumentos.



3%

O Brasil emite cerca de 3% do total mundial de GEE

Contexto geral das emissões de metano no Brasil

O Brasil é um dos principais emissores globais de GEE, com cerca de 3% do total mundial³ Apesar da expressiva redução do desmatamento entre 2022–2023 (24%), a mudança de uso do solo ainda representa praticamente a metade de todas as emissões do país e individualmente é o principal desafio a ser combatido para levar o Brasil à trajetória de descarbonização assumida em seus compromissos. No entanto, existem outras importantes alavancas de descarbonização que podem ser consideradas e o abatimento de metano é uma oportunidade.

5º

O Brasil é o quinto maior emissor de metano do mundo

Relatório do sistema de estimativa de emissões de gases de efeito estufa (SEEG) do Observatório do Clima estima que o Brasil é o quinto maior emissor de metano do mundo, com emissões equivalentes a 5,5% do volume total global de CH₄. A partir de dados consolidados até o ano de 2020, estimou-se que as emissões brasileiras de metano eram da ordem de 21,7 milhões de toneladas, o que corresponde a cerca de 565 milhões de toneladas de CO₂ equivalente, cerca de 25% das emissões totais de GEE do país.⁴

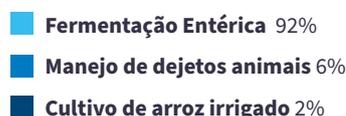
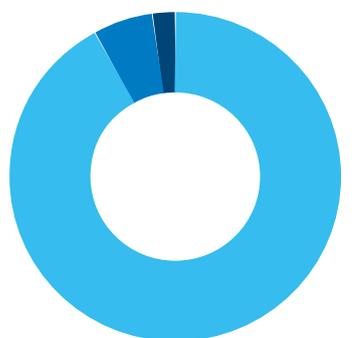
A agricultura é o maior emissor de metano do Brasil, responsável por 72% do total das emissões no país. Outros setores e atividades relevantes no contexto das emissões de CH₄ no país são: gestão de resíduos, com 16% do volume total, além de mudança de uso do solo e energia e processos industriais, com 9% e 4% das emissões totais de metano, respectivamente.

72%

A agricultura é responsável por 72% do total das emissões do Brasil



Gráfico 1
Emissões globais de metano da agricultura por setor



Ao olhar detalhadamente para a agricultura, nota-se que a atividade pecuária, sobretudo por conta da fermentação entérica do rebanho bovino, representa 92% de toda a emissão do setor, seguida pelo manejo de dejetos animais e o cultivo de arroz irrigado, com 6% e 2% das emissões totais da agricultura, respectivamente.

Entre 2005–2020, os dados do SEEG mostram que o volume de emissões de metano na agricultura brasileira manteve-se praticamente estável, entre 14,0–14,5 milhões de toneladas por ano. Considerando o aumento do rebanho bovino em cerca de 10% para o período, infere-se que houve um ganho de eficiência produtiva com redução de emissões relativas. No entanto, o volume total de emissões da agropecuária brasileira permanece elevado, sem uma trajetória clara de redução absoluta, o que reforça a necessidade de estratégias mais robustas para viabilizar a mitigação das emissões, tanto via aprimoramento de práticas já existentes quanto da adoção de soluções inovadoras.

A redução do rebanho, que é a medida mais óbvia para redução imediata de emissões absolutas, deve ser avaliada como parte de uma estratégia de transformação produtiva do setor, com etapas de curto, médio e longo prazo, e que incorpore por exemplo planos como recuperação de pastagens degradadas com promoção de novas atividades produtivas (bioeconomia e agrofloresta por exemplo), sistemas integrados de lavoura, pecuária e floresta (ILPF), desenvolvimento de tecnologias de aditivos para ração animal e proteínas alternativas. Além disso, devem ser discutidas condições para a mudança de comportamento dos consumidores globalmente que apontem para redução da demanda por produtos da pecuária.

Para viabilizar essa transformação em todas as etapas, é essencial ampliar o financiamento para atividades, projetos e tecnologias voltados à redução das emissões. No entanto, a disponibilidade de capital de longo prazo ainda é um desafio, uma vez que investimentos na agropecuária sustentável requerem capital paciente para capturar maior retorno. Ademais, outras barreiras como a falta de diretrizes setoriais claras, disponibilidade de dados para mensuração de impacto, e mecanismos financeiros adequados também inibem a atuação dos investidores.

De forma atacar alguns destes desafios, iniciativas públicas bem como standards e frameworks climáticos globais desempenham um papel fundamental na definição de critérios para direcionamento de investimentos à mitigação das emissões. A seguir, este brief explora como diferentes políticas e programas no Brasil têm abordado essa questão. Na sequência, destaca-se como os Critérios da Climate Bonds podem ajudar na identificação de oportunidades de investimento no abatimento de metano na agropecuária.

Políticas Públicas e Incentivos para o abatimento de metano na agricultura

Compreender o atual panorama das políticas existentes é essencial para identificar oportunidades de aprimoramento e nesta seção são destacadas algumas políticas e iniciativas públicas federais que demonstram como o Brasil tem incentivado o abatimento de metano no setor agropecuário.

30%

Compromisso Global de Metano (GMP), para reduzir as emissões em 30% até 2030

Iniciativas públicas para a agenda climática brasileira

O Brasil aderiu ao Global Methane Pledge (GMP), uma iniciativa para redução em 30% nas emissões de metano até 2030, lançada na COP26 em Glasgow. Na esteira deste compromisso, o governo brasileiro lançou no início de 2022 o Programa Metano Zero, cujo foco está voltado para o aproveitamento energético de resíduos sólidos urbanos e agrícolas através da produção de biogás e biometano⁶

O documento de lançamento do programa apresenta de forma superficial algumas medidas de crédito e financiamento para a implantação de biodigestores, sistemas de purificação, entre outros, além de desoneração tributária para infraestruturas relacionadas. Ainda, menciona a oportunidade de geração de créditos de metano para a criação de receitas adicionais aos projetos. Este programa, no entanto, não direciona esforços para a redução das emissões de metano da agricultura e os resultados até o momento não parecem ser relevantes para alcançar o compromisso de redução assumido pelo Brasil. Não foram encontrados dados que reportam avanços na sua implantação, o que sugere que suas diretrizes podem ter sido incorporadas por outras macro iniciativas relacionadas às mudanças climáticas a partir de 2023, com a mudança do governo.



Em 2023, em um esforço conjunto do novo governo brasileiro e sob liderança do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, foram lançadas as bases do Plano clima, para redefinição das estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas no país. Com horizonte temporal até 2035, o Plano clima tem sob sua responsabilidade, por exemplo, as metas nacionais de mitigação das emissões de GEE, a definição da estratégia nacional de mitigação, com diretrizes e prioridades nacionais, além de planos setoriais de mitigação para sete setores econômicos, dentre eles agricultura e pecuária e uso do solo. Estes planos ainda estão em elaboração e espera-se que eles incorporem compromissos e ações para o abatimento de metano.

59-67%

Meta climática do Brasil para 2035 é reduzir emissões líquidas de GEE entre 59% e 67% em relação a 2005

Em novembro 2024 o Brasil apresentou na COP29 em Baku sua nova meta climática para 2035, com compromisso de reduzir as emissões líquidas de GEE entre 59% e 67%, comparativamente à 2005.⁷ Este compromisso implica no alcance de emissões totais entre 850 milhões e 1,05 bilhão de toneladas de CO₂ equivalente em 2035. O texto que apresentou as novas NDCs definiu o ‘fomento à ampla adoção de modelos de produção agrícola e pecuária sustentáveis e de baixa emissão de gases de efeito estufa’ como um de seus objetivos, mas não associa este fomento à nenhuma ação específica de abatimento de metano para o setor. O texto também menciona a redução de emissões

de metano em dois setores. Primeiramente, com referência ao setor de resíduos, como uma oportunidade de captura do gás para aproveitamento energético e depois ao setor de petróleo e gás, quando menciona uma resolução sobre atividades de produção e exploração. Espera-se que com o desdobramento das NDCs em planos setoriais, o metano seja incorporado na estratégia de mitigação para a agropecuária.



Em uma outra importante sinalização do Brasil acerca de seu posicionamento na agenda climática, o Ministério da fazenda lançou na COP28 em Dubai o Plano de transformação ecológica (PTE), para promover o desenvolvimento do país de forma sustentável e inclusiva.⁸ O PTE é estruturado em seis eixos: (i) finanças sustentáveis, (ii) adensamento tecnológico, (iii) bioeconomia e sistemas agroalimentares, (iv) transição energética, (v) economia circular e (vi) nova infraestrutura verde e adaptação. De acordo com o governo brasileiro, o PTE traz uma abordagem inovadora ao integrar a agenda ambiental ao desenvolvimento econômico e social.

No eixo de finanças sustentáveis, o PTE vem desenvolvendo mecanismos de implementação como por exemplo a Taxonomia sustentável brasileira, um sistema de classificação que define ativos e categorias de projetos que contribuem para objetivos climáticos, ambientais e sociais, oferecendo uma uniformização destes conceitos que tende a direcionar as tomadas de decisões sobre investimentos sustentáveis no país. O mercado regulado de carbono, a agenda de títulos soberanos sustentáveis e o Programa Eco invest são outros exemplos de ferramentas em desenvolvimento a partir do PTE.

Já o eixo de bioeconomia e sistemas agroalimentares do PTE abrange iniciativas destinadas a desenvolver produtos, processos e serviços a partir do uso sustentável da terra e dos recursos naturais. O Plano safra e o Programa para financiamento a sistemas de produção agropecuária sustentáveis (RenovAgro), os pagamentos por serviços ambientais e o Programa nacional de conversão de pastagens degradadas em sistemas de produção agropecuários e florestais sustentáveis (PNCPPD) são exemplos de iniciativas públicas com vistas a criação de soluções para o desenvolvimento sustentável da agricultura no país.

Oportunidades de financiamento ao abatimento de metano para a agricultura em instrumentos de políticas públicas

Todas estas iniciativas, desde a adesão ao GMP até o PTE podem oferecer ferramentas importantes no auxílio ao direcionamento de recursos para investimentos no abatimento de metano na agropecuária brasileira. No entanto, estas iniciativas precisam de instrumentos com definição de abrangência e condições nas quais os apoios devem ser oferecidos, bem como quais são os impactos esperados e as formas de medir os resultados.

O Brasil tem tradição em oferecer financiamento ao setor e pode usar tais instrumentos para aumentar o impacto de práticas sustentáveis



O Brasil tem tradição no oferecimento de instrumentos de financiamento para o setor e pode utilizar estes instrumentos para ampliar o impacto de práticas sustentáveis. Além disto, outros instrumentos têm sido desenvolvidos para ampliar o alcance e incentivar uma economia de baixo carbono. Definir e regulamentar esses instrumentos de política pública é fundamental para direcionar de forma eficiente o capital para investimentos que promovam a redução das emissões de CH_4 na agricultura. Abaixo, são destacados alguns destes instrumentos e como eles tratam – ou podem tratar – das oportunidades para abatimento de metano.

O manual de crédito rural, na seção do RenovAgro, estabelece como um dos objetivos deste crédito direcionado ‘reduzir as emissões de gases de efeito estufa oriundas das atividades agropecuárias’.⁹ Ainda, são indicadas algumas finalidades como a ‘implantação, melhoramento e manutenção de sistemas de manejo de resíduos oriundos da produção animal...’, mas não existe nenhuma associação explícita de finalidades ou itens financiáveis que promovam especificamente o abatimento de metano.

Já a Taxonomia sustentável brasileira, documento ainda em desenvolvimento durante a redação deste brief, traz mais explicitamente a descrição de algumas práticas que promovem a redução das emissões de metano na pecuária. Inicialmente, na lista de medidas que evitam danos significativos a cada um dos objetivos climáticos e ambientais no caderno de agricultura, o texto destaca: (i) ‘implementação de biodigestores para capturar e utilizar o biogás e os biofertilizantes gerados pelos dejetos, reduzindo as emissões de metano e (ii) uso de aditivos alimentares que reduzem a produção de metano entérico em ruminantes’.¹⁰ O documento em consulta pública ainda apresenta uma prática destinada à pecuária à pasto. No entanto, é preciso aguardar o texto final para uma avaliação completa do potencial de impacto da taxonomia sobre o abatimento de metano no setor.



O arcabouço brasileiro para títulos sustentáveis, documento que estabelece as condições para a agenda de emissões dívida sustentáveis soberanas, inclui uma categoria para os usos de recursos relacionados à gestão sustentável dos recursos vivos e naturais e uso da terra e lista como despesas elegíveis ‘práticas agrícolas sustentáveis e agricultura inteligente em relação ao clima que evitem ou minimizem a degradação do solo’, ‘recuperação de pastagens degradadas’ e manejo de resíduos animais’, entre outros.¹¹ Assim o arcabouço sinaliza a intenção de promover práticas para a redução das emissões de forma ampla, mas não associa de forma direta os usos de recursos a investimentos para abatimento de metano na agricultura.

O Eco invest é outra iniciativa do PTE, no eixo de finanças sustentáveis, criado para promover investimentos que promovam a transição para uma economia sustentável. Para solucionar o problema de limitação de capital para financiamento de projetos sustentáveis, foi lançada neste ano a solução de blended finance, que ofereceu funding parcial através de um processo de leilão para redução de custos e riscos dos projetos.¹²

BRL 44.3bn

Nove bancos que juntos devem alavancar um total de BRL44,3bi (USD7,5bi) em novos investimentos sustentáveis no Brasil

O primeiro leilão do Eco invest foi concluído em novembro 2024 e contemplou nove bancos que juntos devem alavancar um total de BRL44,3bi (USD7,5bi) em novos investimentos sustentáveis no Brasil. Para bioeconomia e sistemas agroalimentares, os valores dos projetos correspondem a cerca de 12% deste total. A lista de atividades elegíveis para estes setores inclui, para produção agropecuária sustentável, ‘Implementação e gestão de sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta e sistemas agroflorestais, desde que demonstre redução significativa de emissões de GEE em relação a técnicas convencionais’. Desta forma, o programa abre portas para financiar práticas para o abatimento de metano, mas não é sinalizada a intenção direta de promoção de tais práticas.

Nota-se que estes instrumentos de políticas públicas podem desempenhar um papel chave na redução das emissões de metano na agropecuária. Para além deles, é importante que esses esforços sejam complementados por diretrizes e frameworks que orientem o setor privado e o mercado financeiro na alocação de capital para soluções sustentáveis. Nesse sentido, iniciativas que estabelecem padrões claros para o financiamento de atividades compatíveis com a transição climática são essenciais para garantir maior transparência, credibilidade e impacto dos investimentos. A próxima seção discute como os Critérios da Climate Bonds contribuem para esse processo, fornecendo um referencial técnico para investimentos alinhados com a descarbonização do setor.

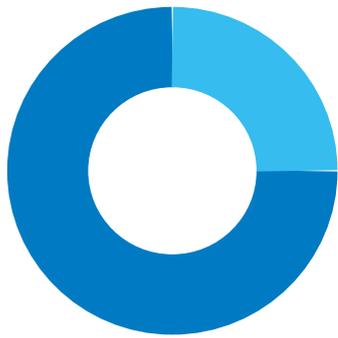
Os novos Critérios de Agricultura da Climate Bonds

Com o objetivo de promover a mobilização de capital para investimentos na produção agropecuária alinhados às metas do Acordo de Paris, a Climate Bonds lançou em outubro 2024 os seus novos Critérios de Agricultura.¹⁴ Entre as diversas práticas e trajetórias de descarbonização para o setor destacadas pelos Critérios, o documento também enfatiza algumas das atividades para o abatimento de metano:

Tanto a lista de atividades quanto, de forma mais ampla, os próprios Critérios, devem ser utilizados como referência técnico-científica por diferentes stakeholders para acelerar a transição do setor agropecuário para uma economia de baixo carbono. No âmbito das políticas públicas, os Critérios podem ser incorporados em instrumentos de financiamento e incentivos, direcionando recursos para práticas alinhadas às metas climáticas do país. Além disso, servem como base para a estruturação de títulos de dívida rotuladas, como empréstimos verdes, green ou sustainability-linked bonds.

Empresas do setor agropecuário também podem adotar os Critérios como referência para desenvolvimento de seus planos de transição e estratégias de descarbonização, sinalizando ao mercado, investidores e reguladores a ambição de seus compromissos climáticos. Para investidores e instituições financeiras, os Critérios oferecem um framework robusto para avaliar e selecionar projetos e ativos elegíveis para financiamento sustentável, reduzindo riscos e aumentando a transparência do mercado.

Rota de Certificação	Medida Elegível
A) Produção e utilização de fertilizantes orgânicos em culturas (perenes e não perenes, incluindo pastagens) e unidades de produção animal, para reduzir as emissões de N ₂ O, CH ₄ e/ou CO ₂ .	Produção e utilização de fertilizantes orgânicos na propriedade agrícola, incluindo compostagem/biocarvão de resíduos agrícolas (incluindo vermicompostagem).
B) Sistemas de arroz inundado melhorados para reduzir a emissões de metano (CH ₄)	Produção melhorada de arroz por meio de gestão hídrica eficaz e manejo de resíduos de palha, implementando-se práticas destinadas a reduzir os dias de inundação em pelo menos 10%.
C) Transformar os sistemas de produção animal para reduzir as emissões de CH ₄	Transição da renda da fazenda para a redução do tamanho do rebanho: - Reduzir o tamanho dos rebanhos em pelo menos 50% em grandes operações pode diminuir as emissões de metano e, ao mesmo tempo, apoiar os esforços de sequestro de carbono por meio de melhores práticas de pastoreio. - Investimentos em proteínas alternativas (p. ex., carnes cultivadas ou de origem vegetal) e sistemas de produção animal de menor emissão podem proporcionar oportunidades
D) P&D sobre alternativas para substituir ou reduzir sistemas de produção animal para reduzir as emissões de CH ₄ em sistemas pecuários.	P&D de alternativas de carne e laticínios para substituir ou reduzir sistemas de produção animal.
E) Uso de gestão de resíduos em culturas (perenes e não perenes) e sistemas de produção animal para reduzir as emissões de GEE.	Otimização do uso de resíduos agrícolas que evita a combustão/degradação e promove a circularidade.
F) P&D para mitigação climática	P&D em práticas e tecnologias agrícolas para reduzir as emissões de metano da fermentação entérica.



25%

Metano é responsável por cerca de 25% de todas as emissões de GEE do Brasil

Conclusão

O metano é um gás relevante no inventário de emissões brasileiras, responsável por cerca de 25% de todas as emissões de GEE do país. Quaisquer estratégias de mitigação das emissões para combater as mudanças climáticas devem atacar de forma clara estas emissões, oferecendo benefícios e alternativas para a sua redução progressiva e consistente.

A atividade pecuária é de longe a maior responsável pelas emissões de metano do país e, portanto, deve ser alvo de políticas públicas específicas para este fim. O Brasil tem ao longo dos últimos anos desenvolvido bons instrumentos de política para apoiar o desenvolvimento de práticas sustentáveis na agricultura, mas o esforço ainda parece ser insuficiente quando o foco é o direcionamento de incentivos para reduzir as emissões de metano no setor.

O país tem feito grande esforço para combate do desmatamento ilegal, a principal fonte de emissões do Brasil, e deve ampliar sua ambição para combater todas as formas de desmatamento e conversão. Ao mesmo tempo, o país deve mirar nas reduções de metano da agricultura para acelerar sua trajetória de descarbonização. Uma maneira de fazer isto é definir de forma clara políticas e incentivos para este fim. Embora várias das iniciativas públicas analisadas estabeleçam as bases para a promoção da redução do metano na agricultura, a ausência de estratégias mais claras e direcionadas destinadas a combater as emissões de CH₄ nas práticas agrícolas nacionais pode limitar o potencial de atingir este objetivo.

O desafio do combate às mudanças climáticas é complexo e exige diversas abordagens que, em alguma medida, podem envolver algum grau de priorização das ações com maior potencial de impacto. Entender as emissões de GEE da agropecuária brasileira e priorizar as ações no setor pode oferecer uma forma eficiente de coordenação de esforços para captura de mais oportunidades, dado o potencial natural do setor para a liderança na agenda climática.



Referências

- 1 Dados retirados de climatewatchdata.org, em Global Historical Emissions
- 2 Shindell D, Sadavarte P, Aben I, Bredariol Tdo, Dreyfus G, Höglund-Isaksson L, Poulter B, Saunio M, Schmidt GA, Szopa S, Rentz K, Parsons L, Qu Z, Faluvegi G and Maasackers JD. The methane imperative. *Front Sci* (2024) 2:1349770. doi: 10.3389/fsci.2024.1349770
- 3 Observatório do Clima, Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG) 2022, Desafios e Oportunidades para Redução das Emissões de Metano no Brasil, disponível em <https://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2024/11/SEEG-RELATORIO-ANALITICO-12.pdf>
- 4 Observatório do Clima, Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG) 2022, Desafios e Oportunidades para Redução das Emissões de Metano no Brasil, disponível em <https://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2024/03/SEEG-METANO.pdf>
- 5 Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), Beef Report 2023, disponível em <https://www.abiec.com.br/wp-content/uploads/Final-Beef-Report-2023-Completo-Versao-web.pdf>
- 6 Ministério do Meio Ambiente - MMA (Brasil). Programa Nacional Metano Zero. Brasília, 2022. 10 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/climazoniodesertificacao/ProgramaMetanoZero.pdf>
- 7 Brasil - A NDC do Brasil Determinação nacional em contribuir e transformar a visão do Brasil para 2035, disponível em <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/brasil-entrega-a-onu-nova-ndc-alinhada-ao-acordo-de-paris/ndc-versao-em-portugues.pdf/>
- 8 Brasil. Ministério da Fazenda. Novo Brasil – Plano de Transformação Ecológica / Ministério da Fazenda (MF). -- Brasília: MF, 2024. 106 p., disponível em <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica-novo-brasil/cartilha/novo-brasil-completo.pdf>
- 9 Banco Central do Brasil - BCB, Manual do Crédito Rural, disponível em <https://www3.bcb.gov.br/mcr>
- 10 Brasil – Taxonomia Sustentável Brasileira, *Booklet 2.1 - CNAE A: Agriculture, Livestock, Forestry, Fisheries and Aquaculture*, available at <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/59004>.
- 11 Brasil - Arcabouço Brasileiro para Títulos Soberanos Sustentáveis, Set 2023, Comitê de Finanças Sustentáveis presidido pela Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, disponível em https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:21059.
- 12 Brasil – Eco Invest - Programa de mobilização de capital privado externo e proteção cambial – Ministério da Fazenda, disponível em https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:23449
- 13 Brasil - Manual operacional do programa Eco Invest Brasil Versão 2.0 Outubro de 2024 - Comitê Executivo do Programa Eco Invest Brasil, disponível em https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:23672
- 14 Climate Bonds Initiative, Agriculture Production Criteria - Climate Bonds Standard and Certification Scheme, Out/24, disponível em <https://www.climatebonds.net/files/files/Agriculture%20Production%20Criteria%20v3.pdf>

Autores:

Leonardo Gava,

Senior Brazil Agriculture Transition Manager,
Climate Bonds Initiative

Leandro Waquil,

Agrifood Transition Finance Senior Specialist,
Climate Bonds Initiative

© Publicado por Climate Bonds Initiative, abril de 2023
www.climatebonds.net

Isenção de responsabilidade: As informações contidas nesta comunicação não constituem consultoria de investimento de nenhuma forma e a Climate Bonds Initiative não é uma consultora de investimentos. Qualquer referência a uma organização financeira, instrumento de dívida ou produto de investimento é apenas para fins informativos. Os links para sites externos são apenas para fins informativos. A Climate Bonds Initiative não se responsabiliza pelo conteúdo de sites externos. A Climate Bonds Initiative não está endossando, recomendando ou prestando consultoria sobre os méritos financeiros ou não de qualquer instrumento de dívida ou produto de investimento e nenhuma informação contida nesta comunicação deve ser considerada como tal, nem qualquer informação contida nesta comunicação deve ser considerada para a tomada de qualquer decisão de investimento. A certificação do Climate Bond Standard reflete apenas os atributos climáticos do uso dos recursos de um instrumento de dívida designado. Ela não reflete o valor de crédito do instrumento de dívida designado, nem sua conformidade com as leis nacionais ou internacionais. A decisão de investir em qualquer coisa é exclusivamente sua. A Climate Bonds Initiative não aceita qualquer tipo de responsabilidade por qualquer investimento que um indivíduo ou organização faça, nem por qualquer investimento feito por terceiros em nome de um indivíduo ou organização, com base, no todo ou em parte, em qualquer informação contida nesta ou em qualquer outra comunicação pública da Climate Bonds Initiative.